



Há muito tempo que temos denunciado a carência de enfermeiros nos hospitais do distrito do Porto

Entre novembro e março, em consequência das condições climatéricas e associado a síndromes gripais, o afluxo de utentes aos serviços de urgência aumenta exponencialmente e é preciso acautelar a admissão de mais enfermeiros.

Apesar de não ser uma situação nova porque todos os anos se assiste ao mesmo cenário, o Ministério da Saúde/Instituições de Saúde não têm acautelado devidamente a admissão de profissionais de enfermagem de forma a que a resposta a dar tanto em tempo útil, em qualidade e quantidade de cuidados seja prestada com os padrões de qualidade mínimos a que os utentes têm direito, assim como a segurança dos próprios profissionais.

Este ano, para agravar a situação e apesar de algumas administrações hospitalares terem dito ao SEP que solicitaram enfermeiros ao abrigo do plano de contingência, inadmissivelmente não foram autorizados atempadamente pelo Ministério da Saúde.

As consequências deste planeamento “atabalhado” e da não autorização da contratação de enfermeiros e outros profissionais em tempo oportuno por parte do Ministério da Saúde, levaram a que, no Centro Hospitalar de Gaia, entre outras instituições ocorressem situações potenciadoras de risco, como:

- Abertura de “serviço” com material insuficiente para a prestação de cuidados e fisicamente inadequados para o fim a que se destinam;
- Admissão muito tardia de enfermeiros sem experiência hospitalar e sem o tempo necessário de integração levando a que alguns dos enfermeiros admitidos tenham já rescindido contrato, acarretando deste modo um aumento de pressão sobre os restantes enfermeiros, sobretudo nos que são mobilizados de outros serviços para apoio nesta “nova unidade”, onde têm de assegurar cuidados e colaborar na integração “forçada” dos novos profissionais.

A Direção Regional do SEP/Porto responsabiliza o Ministério da Saúde pelas consequências adversas que advenham tanto para os utentes como para os profissionais.

É inadmissível que um plano de contingência tenha sempre os mesmos problemas identificados ano após ano e deve merecer por parte da Tutela reflexão e medidas urgentes!

Nota enviada à Comunicação Social em 12 de janeiro de 2018